

Grande Sertão I

Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Grande Sertão I Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Grande Sertão I Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Grande Sertão I Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada, “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

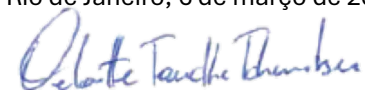
A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 6 de março de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3

GRANDE SERTAO I TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	756	76	Fornecedores	8	53.249	724
Títulos e valores mobiliários	6	88.928	24.667	Debêntures	10	150.953	-
Despesas antecipadas		3	15	Impostos e contribuições a recolher		376	231
Tributos a Recuperar		1.020	627	Dividendos		8.259	586
Outros ativos circulantes		<u>361</u>	<u>82</u>	Arrendamento Imobiliário		113	-
		<u>91.068</u>	<u>25.467</u>	Outros passivos circulantes		<u>2.015</u>	<u>789</u>
						<u>214.965</u>	<u>2.330</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Cauções vinculados		257	25	Tributos diferidos	9.a	<u>19.535</u>	<u>1.326</u>
Concessão do serviço público (ativo contratual)	7	248.672	15.092			<u>19.535</u>	<u>1.326</u>
Tributos a Recuperar		1.471	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11		
Imobilizado		1.397	297	Capital social		79.614	25.760
Intangível		234	93	Reserva legal		1.862	123
Instrumentos Financeiros Derivativos - Hedge		<u>1.685</u>	<u>17.929</u>	Reserva de Lucros a Realizar		26.537	1.759
		<u>253.716</u>	<u>33.436</u>	Reserva Especial - Dividendo não distribuído		586	-
				Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	9.676
				Outros Resultados Abrangentes		<u>1.685</u>	<u>17.929</u>
						110.284	55.247
TOTAL DO ATIVO		<u>344.784</u>	<u>58.903</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>344.784</u>	<u>58.903</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRANDE SERTAO I TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA LÍQUIDA	12	233.580	15.092
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	13	(170.795)	(11.070)
LUCRO BRUTO		<u>62.785</u>	<u>4.022</u>
Despesas operacionais	14	(5.202)	(1.238)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>57.583</u>	<u>2.784</u>
Receita financeira		5.445	1.060
Despesa financeira		(10.043)	(2)
RESULTADO FINANCEIRO	15	<u>(4.598)</u>	<u>1.058</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		52.985	3.842
Imposto de renda e contribuição social correntes	9.b	-	(48)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.b	(18.209)	(1.326)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>34.776</u>	<u>2.468</u>
RESULTADO POR AÇÃO		0,420	0,072

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRANDE SERTAO I TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	34.776	2.468
Outros Resultados Abrangentes		
Instrumentos Financeiros Derivativos - Hedge	1.685	17.929
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>36.461</u>	<u>20.397</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRANDE SERTAO I TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital Social		Reservas de lucros			Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Outros Resultados Abrangentes	Lucro Acumulados do exercício	Total
		Subscrito	A Integralizar	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva Especial				
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de Capital		34.286								34.286
Capital a Integralizar		-	(8.526)	-	-	-	-	-	-	(8.526)
Recebimento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	9.676	-	-	9.676
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	-	-	2.468	2.468
Outros Resultados Abrangentes								17.929	-	17.929
Destinação de Lucro:										
Constituição de Reserva Legal		-	-	123	-	-	-	-	(123)	-
Constituição de Reserva de Lucros a Realizar		-	-	-	1.759	-	-	-	(1.759)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	(586)	(586)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		34.286	(8.526)	123	1.759	-	9.676	17.929	-	55.247
Integralização de Capital	11.a e 11.b	45.328	8.526				(9.676)			44.178
Reserva Especial - Dividendo não distribuído	11.d.4	-	-	-	-	586	-	-	-	586
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	-	-	34.776	34.776
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	(16.244)	-	(16.244)
Destinação de Lucro:										
Constituição de Reserva Legal	11.d.1	-	-	1.739	-	-	-	-	(1.739)	-
Constituição de Reserva de Lucros a Realizar	11.d.3	-	-	-	24.778	-	-	-	(24.778)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	11.d.2	-	-	-	-	-	-	-	(8.259)	(8.259)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		79.614	-	1.862	26.537	586	-	1.685	-	110.284

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRANDE SERTAO I TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		34.776	2.468
Ajustes:			
Depreciação do imobilizado		85	9
Amortização do Intangível		35	8
Depreciação de arrendamento por direito de uso		99	-
Juros e atualização sobre debêntures	10	7.975	-
Amortização do custo de captação sobre debêntures	10	2.023	-
IR e CS Diferido	9.b	18.209	1.326
Rendimento de Títulos e Valores Mobiliários	15	(5.701)	(1.112)
Remuneração do Ativo de Contrato	7	(62.785)	(4.022)
		(5.284)	(1.323)
Variações nos ativos e passivos:			
Concessão do serviço público (ativo contratual)		(170.795)	(11.070)
Impostos à recuperar		(1.865)	(627)
Despesas Antecipadas		(220)	(15)
Outros créditos		(279)	(106)
Fornecedores		52.526	724
Tributos e contribuições sociais a recolher		145	302
IRPJ e CSLL Pagos		-	(71)
Outros passivos		1.228	788
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(124.544)	(11.398)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de bens do ativo imobilizado		(1.285)	(306)
Aquisições de bens do Intangível		(177)	(101)
Aplicação em títulos e valores mobiliários		(353.375)	(51.157)
Resgate em títulos e valores mobiliários		294.815	27.602
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(60.022)	(23.962)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortização de principal de arrendamento de direito de uso		113	-
Integralização de Capital	11.a	44.178	25.760
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	11.a	-	9.676
Emissão de debêntures	9	145.000	-
Custo de captação de debêntures	9	(4.045)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		185.246	35.436
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		680	76
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		76	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		756	76

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRANDE SERTÃO I TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Grande Sertão I Transmissora de Energia S.A. (“GRANDE SERTÃO I” ou “Companhia”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 13 de dezembro de 2023.

Em 28 de março de 2024, o Fundo de Investimentos em Participações Development Fund Warehouse, foi vencedor do Lote 4 da 1ª Etapa do Leilão de Transmissão nº 01/2024 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Com o propósito único e exclusivo de construir, implantar, operar e manter as instalações do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional. Esse lote possui três trechos compostos por quatro Linhas de Transmissão (LTs) de 500 kV, uma LT de 230 kV e seis subestações: cinco a ser ampliadas e uma nova a ser construída.

O projeto da Linha de Transmissão é a expansão da Rede Básica da área leste da Região Nordeste de forma a possibilitar o pleno escoamento das usinas já contratadas na Região Nordeste, ampliar as margens para conexão de novos empreendimentos de geração e atender ao crescimento da demanda local, nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

O Contrato de Concessão nº 07/2024-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão do lote 4 do Edital da 1ª Etapa do Leilão 01/2024 - ANEEL, foi assinado pela Companhia em 28 de junho de 2024 e permanecerá em vigor por 30 anos, ou seja, até junho de 2054. A data prevista no contrato de concessão para entrada em operação comercial das instalações de transmissão é 30 de junho de 2029.

Em 14 de novembro de 2024, foi publicado no Diário Oficial da União o Ato Declaratório Executivo nº 1.677, concedendo a Companhia a habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), tal benefício poderá ser usufruído nas aquisições realizadas no período de 5 anos contados da data de sua habilitação.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, com um investimento estimado de aproximadamente R\$1,1 bilhão para a construção do empreendimento, a ser realizado ao longo dos próximos três anos. Os principais contratos essenciais para a implementação do projeto já foram formalizados. Entre os principais acordos firmados, destaca-se o contrato com a CSS, responsável pela execução completa de todos os serviços, obras, compreendidas entre os trechos Ceará Mirim II - João Pessoa II C1, João Pessoa II - Pau Ferro C1, a Alubar para fornecimento de cabos de alumínio, a SAE para o fornecimento de ferragens para cabos condutores, a Brametal para o fornecimento de torres e estruturas metálicas, a Belgo para o fornecimento de cabos de aço.

A concessionária será remunerada pela Receita Anual Permitida (RAP) ofertada no processo licitatório, regulada pelas cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita contratada na data do Leilão (R\$111,7 milhões - data de referência 15 de setembro de 2023) será reajustada anualmente pelo IPCA. A RAP prevista atualizada com referência dezembro de 2025, estimada em R\$118,3 milhões.

Durante o período da concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, a Companhia sofrerá três revisões, previstas para o 5º, 10º e 15º ano. Ademais, esta é uma remuneração por disponibilidade, independentemente da quantidade de energia transmitida no período, que passará a ser recebida quando da entrada em operação comercial reconhecida pelo ONS e autorizada pela Aneel.

No período, a Companhia realizou captação por meio de emissão de debêntures de curto prazo, caracterizadas como instrumento de financiamento temporário (empréstimo-ponte). Em função deste fato em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$123.897 mil, onde, está prevista a estruturação de financiamento de longo prazo no exercício, cujos recursos serão destinados à liquidação integral da dívida de curto prazo atualmente vigente e ao financiamento da conclusão total do projeto. O acionista se compromete a dar todo suporte financeiro a Companhia para finalização do projeto.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia (“demonstrações financeiras”) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC em consonância com a lei das S.A. e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 6 de março de 2026.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1. Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa nº 4.3 de avaliação dos instrumentos financeiros.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Item significativo sujeito a essa estimativa e premissa incluem:

- (I) Critério de apuração e remuneração do ativo contratual; vide nota explicativa nº 3.2.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

(I) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR) acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

Classificação e mensuração subsequente

A Companhia faz uma avaliação do objetivo do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido em um nível de portfólio, porque isso reflete melhor a forma como o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos declarados para o portfólio e o funcionamento dessas políticas na prática. A estratégia da Administração se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil de taxa de juros específico, combinando a duração dos ativos financeiros com a duração de quaisquer passivos relacionados ou saídas de caixa esperadas ou realizando fluxos de caixa através da venda dos ativos.

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e como esses riscos são gerenciados.

Como os gestores da empresa são remunerados, como no exemplo: se a remuneração baseada no valor justo dos ativos administrados ou nos fluxos de caixa contratuais coletados.

Para os fins desta avaliação, “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

(II) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

O não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(III) Instrumentos derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos do tipo “NDF - Non Deliverable Forward” para a proteção do risco de moeda estrangeira, decorrente de compromissos firmes com fornecedores para aquisição de materiais destinados a construção de linhas de transmissão, os quais são denominados em dólar americano. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que são contratados e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo.

Em 2 de abril de 2024 a Companhia adotou a contabilidade de hedge e designou os derivativos do tipo “NDF - Non Deliverable Forward” contratados como hedge de fluxo de caixa para proteção das variações do dólar americano decorrentes das compras futuras de materiais destinados a construção de suas linhas de transmissão. As variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa são registradas e acumuladas em “outros resultados abrangentes - ORA” no patrimônio líquido e serão realizadas contra o custo do ativo imobilizado à medida que as compras dos materiais forem sendo efetuadas. Posteriormente serão reconhecidos no resultado à medida que os ativos forem sendo depreciados.

A inefetividade de hedge é determinada no surgimento da relação de hedge e por meio de avaliações periódicas prospectivas de efetividade para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge. A Companhia contrata derivativos com termos críticos que são similares aos itens protegidos, como taxa de referência, datas de redefinição, datas de pagamento, vencimentos e valor de referência.

3.2. Contrato de concessão de serviços públicos - Ativo contratual

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Grande Sertão I regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Concessão do serviço público (ativo contratual)”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (I) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. As taxas implícitas utilizadas pela Companhia incidem sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa e ficaram estabelecidas da seguinte forma:

Margem de Construção em 32,99% e Taxa de retorno em 9%.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- a) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

3.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

3.4. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, ou seja, a Companhia é optante pelo lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(I) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre a receita operacional, aplicando alíquota de imposto de renda e contribuição social. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(II) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

3.5. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

3.6. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.7. Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

3.8. Dividendos

A distribuição de dividendos são a forma de remuneração aos acionistas da Companhia e são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social. Qualquer valor acima do obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral, conforme divulgado na nota explicativa nº 11 d.2.

3.9. Mensuração do valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (“impairment”). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por “impairment” desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

3.10. Novas normas e interpretações não efetivas

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a. Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

Não ocorreram alterações e novas interpretações dos pronunciamentos contábeis em vigor que resultassem em impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia em 2025.

b. Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 2026:

<u>Norma</u>	<u>Descrição da alteração</u>	<u>Vigência</u>
CPC 40/ IFRS 7	Divulgação de instrumentos financeiros	01/01/2026
CPC 48/ IFRS 9	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	01/01/2026
CPC 51/ IFRS 18	Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	01/01/2027

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro

a) Risco de crédito

Salvo pelo ativo contratual e pelo capital a integralizar, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros, contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações da Administração da Companhia. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações da administração da Companhia e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades de implantação do negócio.

c) Valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

(I) Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, outros ativos e fornecedores

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(II) Instrumentos financeiros derivativos

Conforme mencionado na nota explicativa 3.1 - III), em 02 de abril de 2024 a Companhia contratou instrumentos derivativos do tipo “NDF - Non Deliverable Forward” para proteção do risco de variação do dólar americano decorrente de seu compromisso firma de aquisição de cabos de alumínio a serem utilizados na construção de linhas de transmissão. As informações dos instrumentos derivativos contratados bem como do item a ser protegido estão demonstrados como segue:

Itens protegidos:

- Descrição dos materiais

	<u>Qt. /Tons</u>
Cabo de Alumínio Liga 1120 - 836 MCM	5.064
Cabo de Alumínio com Alma de Aço Grosbeak - 636 MCM	300
Total	<u>5.364</u>

Cronograma de aquisição conforme contrato

<u>Data</u>	<u>Qt. /Tons</u>	<u>Preço fixado - USD (*)</u>	<u>Total - USD</u>
02/02/2026	894	2.893	2.586.342
02/03/2026	894	2.900	2.592.600
01/04/2026	894	2.908	2.599.752
05/05/2026	894	2.916	2.606.904
01/06/2026	894	2.924	2.614.056
03/07/2026	894	2.931	2.620.314
Total	<u>5.364</u>		<u>15.619.968</u>

(*) Valores serem faturados por tonelada. Independentemente da variação a ser registrada na cotação do Alumínio, conforme LME (“London Metal Exchange”), os preços foram fixados em USD, incluindo um prêmio de USD290 por tonelada. Referidos valores denominados em USD serão faturados em R\$ nas respectivas datas de aquisição/faturamento, conforme quadro acima e serão liquidadas em R\$ pela Companhia.

Itens de proteção (derivativos - NDF):

<u>Contratação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor nacional - USD</u>	<u>Taxa - USD/R\$</u>	<u>Índice cobertura</u>
02/04/2024	02/02/2026	2.593.657	5,4371	100,28%
02/04/2024	02/03/2026	2.599.932	5,4604	100,28%
02/04/2024	01/04/2026	2.607.140	5,4849	100,28%
02/04/2024	05/05/2026	2.614.277	5,5100	100,28%
02/04/2024	01/06/2026	2.621.449	5,5333	100,28%
02/04/2024	03/07/2026	2.627.276	5,5603	100,28%
Total		<u>15.663.731</u>		

Variações do valor justo dos derivativos - acumuladas em “Outros resultados abrangentes - ORA” em 31 de dezembro de 2025:

<u>Contratação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor nocional - USD</u>	<u>Ganho (perda) em 31 de dezembro de 2025 - R\$</u>
02/04/2024	02/02/2026	2.593.657	198
02/04/2024	02/03/2026	2.599.932	236
02/04/2024	01/04/2026	2.607.140	272
02/04/2024	05/05/2026	2.614.277	299
02/04/2024	01/06/2026	2.621.449	333
02/04/2024	03/07/2026	2.627.276	347
Total		<u>15.663.731</u>	<u>1.685</u>

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

4.3. Instrumentos financeiros

	<u>31/12/2025</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
<u>Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado</u>		
Títulos e valores mobiliários	<u>88.928</u>	<u>88.928</u>
	<u>88.928</u>	<u>88.928</u>
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
<u>Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	<u>756</u>	<u>756</u>
	<u>756</u>	<u>756</u>
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
<u>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		
Fornecedores	<u>53.249</u>	<u>53.249</u>
Debêntures	<u>150.953</u>	<u>150.953</u>
	<u>204.202</u>	<u>204.202</u>
	<u>31/12/2024</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
<u>Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado</u>		
Títulos e valores mobiliários	<u>24.667</u>	<u>24.667</u>
	<u>24.667</u>	<u>24.667</u>

	Valor contábil	Valor justo
<u>Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	76	76
	<u>76</u>	<u>76</u>
	Valor contábil	Valor justo
<u>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		
Fornecedores	724	724
	<u>724</u>	<u>724</u>

4.4. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários, registrados a valor justo por meio do resultado e custo amortizado, são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - “Inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

4.5. Análise de sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Companhia, com cenário mais provável (Cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela Administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

		2025			
Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
	Caixa e equivalentes de caixa	756	81	108	135
CDI %	Títulos e valores mobiliários	88.928	9.559	12.746	15.932
CDI %	Debêntures	150.953	16.227	21.636	27.045

2024					
Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI %	Caixa e equivalentes de caixa Títulos e valores mobiliários	76 24.667	6 2.014	8 2.686	10 3.357

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	3	3
Banco	753	73
	<u>756</u>	<u>76</u>

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2025	31/12/2024
Certificados de depósitos bancários	88.928	24.667
	<u>88.928</u>	<u>24.667</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDB, realizada com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e vencimento maior que 90 dias.

7. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

	31/12/2025	31/12/2024
<u>Não circulante</u>		
Ativo contratual	248.672	15.092
	<u>248.672</u>	<u>15.092</u>

A movimentação dos saldos referente aos ativos contratuais da Companhia está assim apresentada:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	15.092	-
Adição ao ativo de concessão	170.795	11.070
Receita financeira sobre ativo de concessão	6.438	370
Receita da margem de construção	56.347	3.652
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>248.672</u>	<u>15.092</u>

Dentre os principais acordos, destaca-se o contrato com a CSS Construtora LTDA., responsável pela construção da linha de transmissão. Além disso, foi estabelecido um contrato com a Alubar Metais e Cabos S.A. para o fornecimento de cabos de alumínio, e a Brametal S.A. será responsável pelo fornecimento das estruturas metálicas.

Todos esses contratos incluem garantias que visam assegurar a conclusão do empreendimento dentro do prazo e custo acordados.

Para as questões fundiárias, foi contratada a Avalicon Engenharia e Aerolevanteamento Ltda., enquanto as atividades ambientais serão conduzidas pela Ambientare - Soluções Ambientais Ltda.

A gestão do projeto contará com o apoio da Lmeng Consultoria Projetos Engenharia Ltda., responsável pela Engenharia do Proprietário para a implantação das Subestações (SEs), e da Fluxo Engenharia Ltda., que ficará à frente da Engenharia do Proprietário da linha de transmissão.

8. FORNECEDORES

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Alubar	43.073	-
Brametal	5.779	-
Belgo	781	-
Tractebel	-	167
Lmeng	-	158
D-Geo	-	148
CR Gontijo	-	79
Deloitte	-	44
Ingram	-	33
Fluxo	39	28
Outros	3.577	67
	<u>53.249</u>	<u>724</u>

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Passivos

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Diferido ativo</u>		
Prejuízos Fiscais de Imposto de Renda	2.291	8
Base Negativa de Contribuição Social	889	33
	<u>3.180</u>	<u>41</u>
<u>Diferido passivo</u>		
Imposto de Renda diferido	16.702	1.006
Contribuição Social diferida	6.013	362
	<u>22.715</u>	<u>1.368</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	<u>19.535</u>	<u>1.326</u>

b) Efeitos no Resultado

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	52.984	3.842
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição às alíquotas da legislação	18.015	1.306
Bônus e gratificações	194	68
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	-	48
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	18.209	1.326
Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado	18.209	1.374

10. DEBÊNTURES

Moeda nacional	Taxa anual de juros a.a.		31/12/2025	
Debêntures	CDI+ 1,60%		150.953	
Principal			145.000	
Juros			7.975	
Custo de captação			(2.022)	
Circulante			150.953	
Debêntures				
	Principal	Amortização Custo de captação	Juros	31/12/2025
Debêntures - GSEC11	55.000	-	5.850	60.850
Debêntures - GSEC21	90.000	-	2.125	92.125
Custo de captação	(4.045)	2.023		(2.022)
Total	140.955	2.023	7.975	150.953

O montante registrado em principal e juros tem a seguinte composição:

Em 01 de abril de 2025, a Grande Sertão I, concluiu sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória. Os recursos são destinados exclusivamente à implantação do projeto de transmissão (LT 500 kV Ceará Mirim II - João Pessoa II C1, CS; LT 500 kV João Pessoa II - Pau Ferro C1, CS; LT 500 KV Garanhuns II - Messias C1, CS; Trechos de LT 230 KV entre a SE Pilões III e o seccionamento da LT 230 kV Extremoz II - Campina Grande III C2; e SE 230/69 kV Pilões III), conforme o Leilão ANEEL 01/2024.

O valor total de captação previsto na Escritura é de R\$250.000, até a data de encerramento do exercício, apenas a 1ª e 2ª séries foram integralizadas, totalizando um aporte inicial de R\$145.000. A 3ª série permanece disponível para subscrição futura. A remuneração das mesmas está atrelada ao indexador CDI + 1,60% a.a, com vencimento total em outubro/2026. Essas debêntures não possuem cláusulas de repactuação e não são conversíveis em ações.

O contrato das debêntures possui cláusulas restritivas não financeiras, que em 31 de dezembro de 2025 estão sendo atendidas pela Companhia.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 é de R\$79.614 (em 2024 - R\$34.286) representado por 79.613.684 (em 2024 - 34.286) mil ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas.

No exercício de 2025 foi subscrito e integralizado o montante de R\$44.178.

Em fevereiro de 2025, houve transferências das ações, resultando em um único acionista, conforme Livro de Registro de Ações passando a ser apresentado da seguinte forma:

	31/12/2025		
	Quantidade de ações ordinárias		Participação %
Grande Sertão Participações S.A.	79.613		100
	<u>79.613</u>		<u>100</u>
	31/12/2024		
	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Participação %
FI em Participações Development Fund Warehouse-Multiestratégia	17.486	-	51
Grande Sertão Participações S.A.	-	16.800	49
	<u>17.486</u>	<u>16.800</u>	<u>100</u>

b) Recursos Destinados a Aumento de Capital

Em 28 de fevereiro de 2025, mediante realização de assembleia geral extraordinária, a Companhia efetuou a conversão do adiantamento para futuro aumento de capital firmado em 26 de novembro de 2024, de forma irrevogável e irretroatável, o montante de R\$9.676.

c) Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, e a parcela destinada a reserva para subvenções de incentivos fiscais, quando aplicável, terá a seguinte destinação:

5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.

25% serão distribuídos como dividendo obrigatório.

O saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

d) Reserva lucros

A reserva de lucros tem a seguinte composição: reserva legal, reserva de lucros a realizar e reserva especial:

d.1) Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

No exercício de 2025 e 2024, foram constituídos a reserva legal no valor de R\$1.739 e R\$123.

d.2) Dividendos propostos

No exercício de 2025 e 2024, foram constituídos dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$8.259 e R\$586, respectivamente.

Para a constituição de dividendos segue base de cálculo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	34.776	2.468
Constituição de reserva legal (5%)	<u>(1.739)</u>	<u>(123)</u>
Base de cálculo dos dividendos	33.037	2.345
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>8.259</u>	<u>586</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - ações ordinárias	8.259	299
Dividendos mínimos obrigatórios - ações preferenciais	-	287

d.3) Reserva de lucros a realizar

A Reserva de lucros possui como finalidade reter a parcela do lucro do exercício não realizado em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas.

O valor destinado a reserva de lucros no exercício de 2025 e 2024, foi no montante de R\$24.778 e R\$1.759, respectivamente.

d.4) Reserva especial

De acordo com a Lei 6.404/76, § 4º do art. 202 o dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

Reversão de provisão de dividendos mínimos obrigatórios foram realizadas as seguintes deliberações:

- Assembleia Geral Ordinária de 10 de abril de 2025 deliberando a reversão do valor de R\$586 de dividendos mínimos obrigatórios de 2024.

12. RECEITA LÍQUIDA

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão mensuradas sob o escopo do CPC 47 passaram a ser contabilizadas da seguinte forma:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita de Construção	170.795	11.070
Receita de Margem de Construção	56.347	3.652
Receita de Atualização Financeira	<u>6.438</u>	<u>370</u>
	<u>233.580</u>	<u>15.092</u>

- Receita de construção da infraestrutura de transmissão: reconhecida considerando uma margem, definida de acordo com as projeções do projeto, sobre o custo de construção.
- Receita de remuneração do ativo de contrato: calculada com base na taxa do projeto sobre o saldo do ativo contratual.

13. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pessoal	(5.055)	(691)
Administradores	(373)	(131)
Material	(113.982)	(5)
Serviços de terceiros	(49.883)	(9.559)
Aluguéis	(1.278)	(26)
Seguros	-	(656)
Tributos	(224)	(2)
	<u>(170.795)</u>	<u>(11.070)</u>

14. DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pessoal	(3.344)	(487)
Administradores	(729)	(455)
Material	(148)	(58)
Serviços de terceiros	(1.952)	(212)
Depreciação	(122)	(17)
Aluguéis	(136)	(4)
Seguros	(12)	(3)
Tributos	(15)	(2)
(-) Recuperação despesas (*)	1.255	-
	<u>(5.203)</u>	<u>(1.238)</u>

(*) Transação efetuada por meio de termo de indenização entre Banco BTG Pactual e Grande Sertão I, pela reestruturação operacionais (vide nota explicativa nº 16).

15. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Despesas financeiras:		
Tarifas bancárias	(10)	(1)
Juros e atualização sobre debêntures	(7.994)	-
Custo de Captação e outras	(2.039)	(1)
	<u>(10.043)</u>	<u>(2)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicação	5.701	1.112
(-) Tributos Receita Financeira	(257)	(52)
	<u>5.444</u>	<u>1.060</u>
	<u>(4.599)</u>	<u>1.058</u>

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia recebeu do Banco BTG Pactual S.A. o valor de R\$1.255 referente a indenização pela rescisão do acordo de divisão de estruturas e custos operacionais, firmado entre a Companhia e as geradoras Termelétrica Viana S.A., Linhares Geração S.A. e Povoação Energia S.A. (“geradoras”) em decorrência de reestruturação operacional das geradoras.

17. MEIO AMBIENTE

A Companhia obteve as principais Licenças Ambientais necessárias para o início da implantação do Projeto, encontrando-se apta ao início das atividades de construção.

- A Licença Prévia (LP) foi emitida pelo IBAMA no dia 29 de outubro de 2025. A Licença de Instalação (LI) foi emitida pelo IBAMA no dia 24 de dezembro de 2025.

18. HONORÁRIO DOS ADMINISTRADORES

O total pago, no exercício de 2025 referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Companhia somaram R\$719 e em 2024 o montante foi de R\$116.

19. CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui contingências com risco de perda provável ou possível a ser divulgados, de acordo com seus advogados internos e externos.

20. SEGUROS

Em dezembro de 2025, a cobertura de seguros era composta de:

<u>Risco</u>	<u>Apólice</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância segurada</u>
D&O	1109196676	04/10/2024 a 04/04/2026	12.000
Garantia de Fiel Cumprimento - Setor Público	0306920249907751182531000	12/06/2024 a 28/09/2029	49.526

a) Seguro Garantia da ANEEL:

De acordo com o Edital do Leilão 01/2024 da Aneel, a Companhia firmou Seguro para garantir a conclusão do empreendimento, Garantia de Fiel Cumprimento.

“A Garantia de Fiel Cumprimento deverá ter a ANEEL como beneficiária e a PROPONENTE vencedora como tomadora e vigorar por prazo não inferior a 90 (noventa) dias após a data prevista para a entrada em OPERAÇÃO COMERCIAL das INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO, devendo ser mantida nas condições definidas neste Edital.”